Sistema**OCB**

ANÁLISE ECONÔMICA

Edição 34 - Ano 7 | Fevereiro de 2026

O AGRO DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS E COMERCIAIS

O agronegócio se estende por diversas cadeias que envolvem insumos, agroindústria, logística, comércio e serviços associados se posicionando como ator relevante na economia. O setor responde por uma participação estimada entre **20% e 25% do Produto Interno Bruto**, além de concentrar parcela significativa das exportações e do saldo positivo da balança comercial.

Essa centralidade econômica confere ao agronegócio um papel importante na estabilidade nacional, o que amplia sua exposição a riscos sistêmicos.

O ano de 2025 também foi marcado por tensões relevantes no ambiente internacional. A persistência de conflitos geopolíticos, a instabilidade nos fluxos globais de energia e insumos agrícolas e o recrudescimento de políticas comerciais protecionistas elevaram o grau de incerteza para o setor. Medidas tarifárias adotadas por grandes economias, em especial pelos Estados Unidos, evidenciaram a vulnerabilidade de cadeias altamente integradas ao comércio internacional e reacenderam o debate sobre soberania produtiva e diversificação de mercados.

Segundo a **Forbes Agro**, o Brasil encerrou o último ciclo com **recordes de produção, avanços tecnológicos e ampliação do acesso a mercados internacionais.** De outro, aprofundou-se a dependência de insumos importados, especialmente fertilizantes, e intensificou-se a sensibilidade do setor à volatilidade de preços e a choques externos.

O ano de 2026 se apresenta como um ponto de inflexão, no qual convergem temas estruturais: **a consolidação de novos marcos regulatórios internacionais**, a **reconfiguração das relações comerciais globais** e a necessidade de **reposicionamento estratégico do Brasil** diante de um sistema multilateral fragilizado.

Ao longo das próximas seções, o boletim analisa a dinâmica setor do agronegócio, os desdobramentos das políticas tarifárias norte-americanas, a resposta institucional brasileira e os impactos de acordos estratégicos, como o Mercosul–União Europeia. O objetivo é oferecer uma leitura integrada, orientada por dados, que permita compreender riscos, oportunidades e tendências que moldarão o desempenho do agro brasileiro em 2026.

Nesse processo de adaptação e resposta aos choques externos, **o cooperativismo agropecuário** emerge como um eixo estratégico de resiliência. Ao articular escala produtiva, organização econômica, acesso a mercados e difusão tecnológica, as cooperativas assumem papel central no setor, na adequação à exigências regulatórias e na preservação da competitividade dos produtores.

PANORAMA DO SETOR 2025

O agronegócio brasileiro encerrou 2025 reafirmando sua condição de pilar estrutural da economia nacional, sustentado por um processo contínuo de expansão produtiva, sofisticação tecnológica e consolidação institucional construído ao longo das últimas décadas. A combinação entre escala produtiva, ganhos de produtividade e inserção internacional manteve o setor como vetor central de crescimento, geração de divisas e estabilidade macroeconômica.

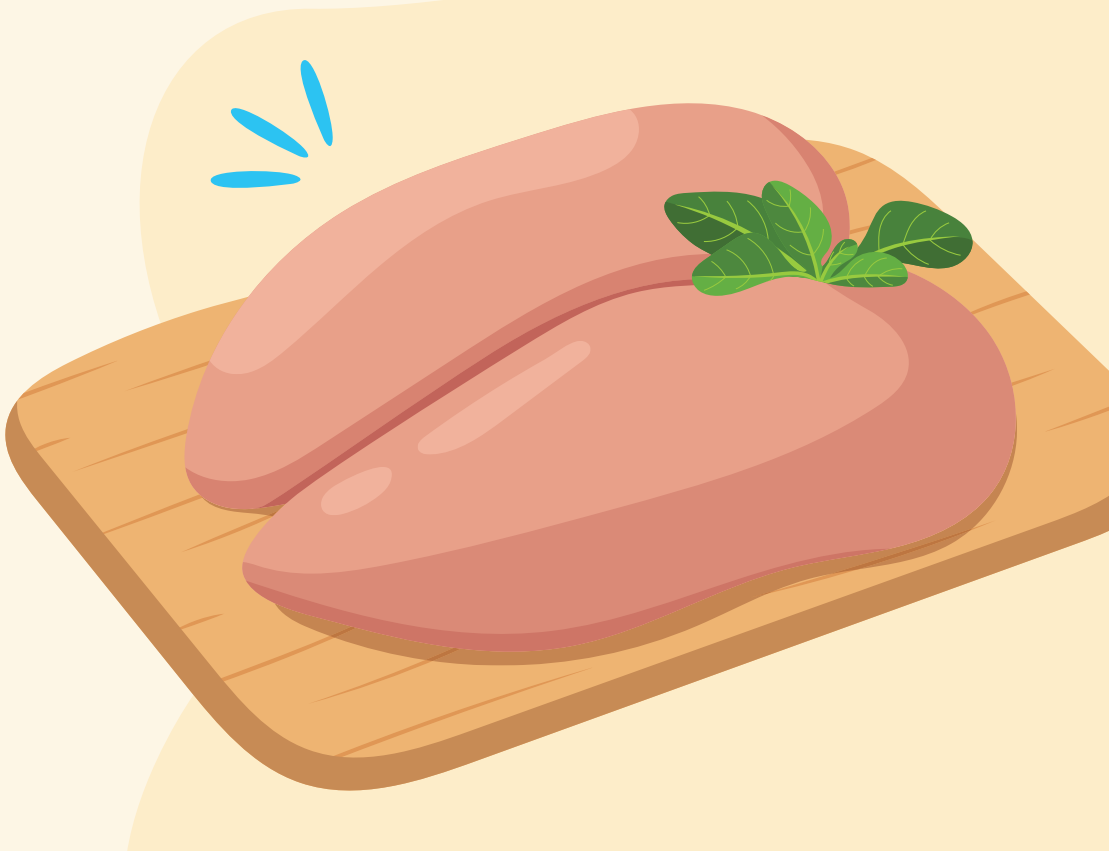
Essa relevância se expressa, de forma direta, no desempenho do comércio exterior. Em 2025, as exportações brasileiras de soja alcançaram o patamar histórico de **108,18 milhões de toneladas**, consolidando o país como principal fornecedor global da oleaginosa. Milho e algodão também apresentaram volumes robustos, com projeções positivas para 2026. Do ponto de vista territorial, a produção permanece fortemente concentrada na Região Centro-Sul, responsável por **84,2% do total nacional**, com destaque absoluto para o Centro-Oeste, que responde por **49,4% da safra brasileira de grãos**.

No segmento de proteínas animais, as projeções da **Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)** já indicavam, ao longo de 2025, a manutenção de uma trajetória de expansão simultânea da produção, do consumo interno e das exportações de carne de frango, carne suína e ovos, reforçando o papel do complexo proteína como eixo estratégico do agro brasileiro.

No caso dos ovos, a produção brasileira deve atingir até **62,250 bilhões de unidades em 2025**, crescimento de **7,9%** em relação a 2024 (57,683 bilhões). Para 2026, a expectativa é de nova expansão, alcançando **66,5 bilhões de unidades**, o que representa alta adicional de **6,8%**.

As exportações apresentam crescimento expressivo: até **40 mil toneladas em 2025**, avanço de **116,6%** frente às 18.469 toneladas de 2024. Para 2026, a projeção é de **45 mil toneladas**, alta de **12,5%**. O consumo per capita também segue em expansão, passando de **269 unidades por habitante em 2024** para **287 unidades em 2025** (+6,7%) e **307 unidades em 2026** (+7%).

Na carne de frango, a produção brasileira deverá totalizar **15,320 milhões de toneladas em 2025**, crescimento de **2,2%** em relação a 2024 (14,972 milhões). Para 2026, projeta-se nova alta, com produção estimada em **15,600 milhões de toneladas** (+2%).



As exportações devem alcançar até **5,320 milhões de toneladas em 2025**, crescimento marginal de **0,5%** frente a 2024, avançando para **5,500 milhões de toneladas em 2026** (+3,4%). No mercado interno, a disponibilidade pode atingir **9,980 milhões de toneladas em 2025** (+3,1%) e **10,100 milhões de toneladas em 2026** (+1,2%). Com isso, o consumo per capita deve evoluir de **45,5 kg por habitante em 2024** para **46,8 kg em 2025** e **47,3 kg em 2026**.

Para a carne suína, a produção nacional está estimada em até **5,550 milhões de toneladas em 2025**, crescimento de **4,6%** frente às 5,305 milhões de toneladas de 2024. Em 2026, a produção pode alcançar **5,700 milhões de toneladas** (+2,7%).

As exportações devem manter trajetória ascendente, com **1,490 milhão de toneladas em 2025** (+10%) e até **1,550 milhão de toneladas em 2026** (+4%). A disponibilidade interna deve crescer para **4,060 milhões de toneladas em 2025** (+2,7%) e **4,150 milhões em 2026** (+2,2%). O consumo per capita acompanha esse movimento, passando de **18,6 kg em 2024** para **19 kg em 2025** (+2,3%) e **19,5 kg em 2026** (+2,5%).

Mesmo diante desse ambiente desafiador, os dados do **4º Levantamento da Safra 2025/26,** coordenado pela **Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)**, indicam uma trajetória de crescimento resiliente. A área total cultivada está estimada em **83,8 milhões de hectares**, incremento de **2,6%** em relação ao ciclo anterior, evidenciando a relevância do monitoramento sistemático da produção para a segurança alimentar e a estabilidade econômica do país.

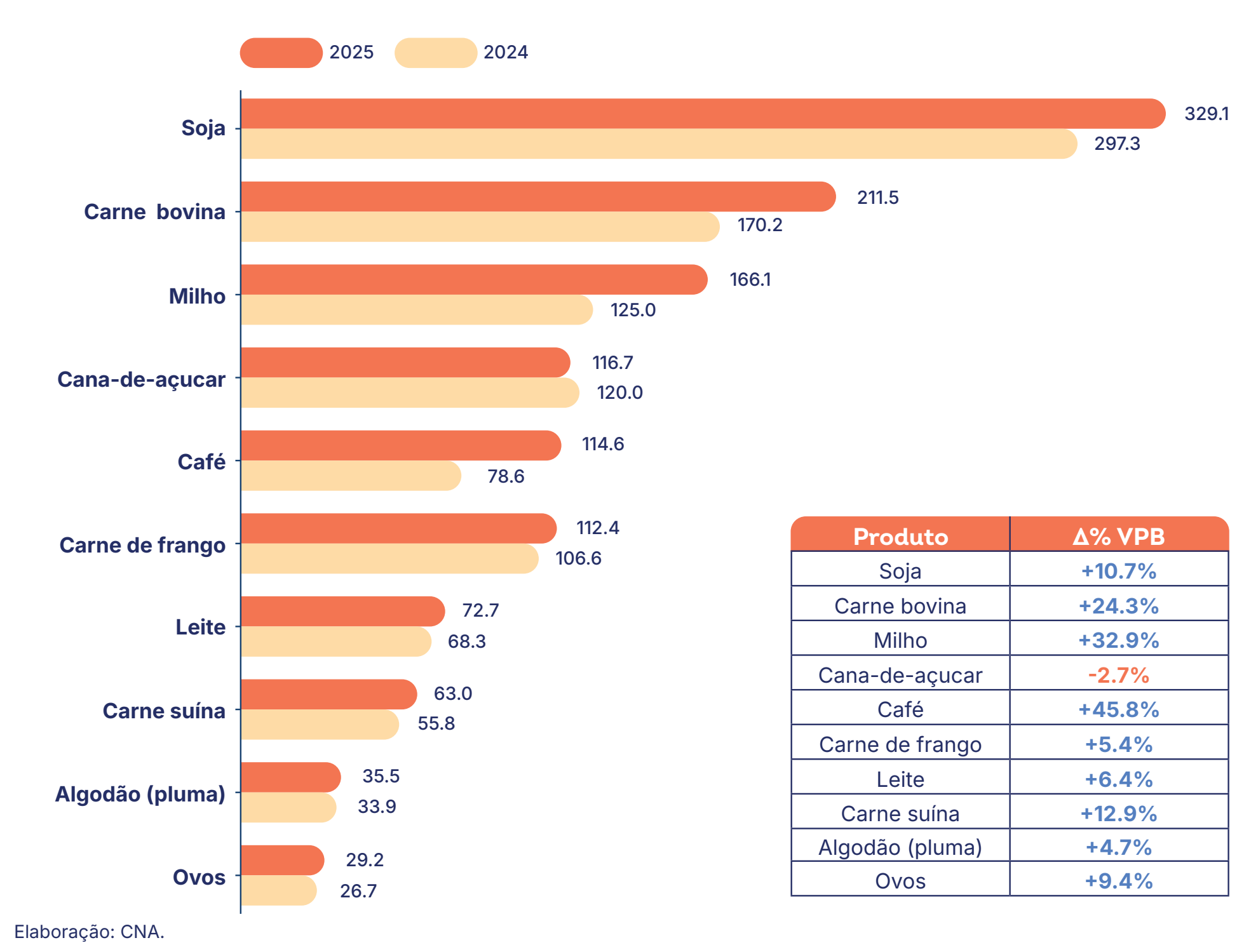
A configuração produtiva aponta para uma **colheita recorde de 353,1 milhões de toneladas de grãos** na safra 2025/26. Esse desempenho é liderado pela soja, com produção estimada em **176,1 milhões de toneladas**, seguida pelo milho, com **138,8 milhões de toneladas**, reforçando o peso dessas culturas na estrutura produtiva nacional.

DADOS ESTIMADOS DA PRODUÇÃO - SAFRA 2025/26

Cultura	Produção (milhões t)	Variação (%)	Área (milhões ha)
Soja	176,1	+2,7%	48,6
Milho (total)	138,8	-1,5%	22,7
Algodão (pluma)	3,8	-6,3%	2,0
Arroz	11,0	-13,3%	1,5
Feijão (total)	3,0	-0,5%	2,6
Total Brasil	353,1	+0,3%	83,8

A distribuição regional reforça a centralidade do Centro-Oeste, com **174,5 milhões de toneladas** (49,4% do total), seguido pela Região Sul, com **92,5 milhões de toneladas**, e pelas regiões Norte e Nordeste, que respondem por **55,8 milhões de toneladas** (15,8%).

A **soja** permanece como o principal produto da agropecuária brasileira em termos de Valor Bruto da Produção (VBP), totalizando **R$ 329,1 bilhões**. Em seguida, destacam-se os **bovinos**, com **R$ 211,5 bilhões**, e o milho, com **R$ 166,1 bilhões**. A **cana-de-açúcar** ocupa a quarta posição, com **R$ 116,7 bilhões**, seguida pelo **café**, que registra **R$ 114,6 bilhões**. A **carne de frango** aparece na sequência, com **R$ 112,4 bilhões**, enquanto o **leite** apresenta VBP de **R$ 72,7 bilhões**. A **carne suína** totaliza **R$ 63,0 bilhões**.



Produto	∆% VPB
Soja	+10.7%
Carne bovina	+24.3%
Milho	+32.9%
Cana-de-açúcar	-2.7%
Café	+45.8%
Carne de frango	+5.4%
Leite	+6.4%
Carne suína	+12.9%
Algodão (pluma)	+4.7%
Ovos	+9.4%

Elaboração: CNA.

Em relação a **2024**, observa-se uma forte **recuperação no VBP da soja e do milho**, que projetam crescimentos significativos para **2025**. Nos grãos, esse desempenho positivo é impulsionado pela retomada tanto dos volumes produzidos quanto pela estabilização dos preços, revertendo as perdas do ciclo anterior. Em contraste, o setor de **ovos** mantém a tendência de queda em seu valor bruto, com o VBP recuando de **R$ 26,7 bilhões** em 2024 para **R$ 21,6 bilhões** em 2025. Essa retração contínua reflete o ajuste de mercado após os picos de produção e a pressão deflacionária nos preços pagos ao produtor observada nos últimos períodos da série histórica.No comércio internacional o Brasil ocupa posição de liderança global como maior exportador de soja, café, suco de laranja, açúcar, carne bovina, carne de frango e algodão; segundo maior exportador de milho; e quarto maior exportador de carne suína.

Em 2024, o país é **o maior produtor mundial** de soja, café, suco de laranja e açúcar; o **segundo maior produtor** de carne bovina e de frango; o **terceiro maior produtor** de milho e algodão; e o **quarto maior produtor** de carne suína, consolidando sua centralidade estratégica no sistema agroalimentar global.

Variáveis	Soja	Café	Suco de laranja	Açúcar	Carne Bovina	Carne de frango	Milho	Algodão	Carne Suína
Produção	Maior produtor mundial	Maior produtor mundial	Maior produtor mundial	Maior produtor mundial	2º Maior produtor mundial	2º Maior produtor mundial	3º Maior produtor mundial	3º Maior produtor mundial	4º Maior produtor mundial
(%) da proução mundial	40%	38%	70%	23%	19%	15%	10%	14%	4%
Exportação	Maior exportador mundial	Maior exportador mundial	Maior exportador mundial	Maior exportador mundial	Maior exportador mundial	Maior exportador mundial	2º Maior exportador mundial	Maior exportador mundial	4ºMaior exportador mundial
(%) da exportação mundial	58%	31%	71%	52%	28%	36%	24%	30%	14%

Elaboração: CNA.

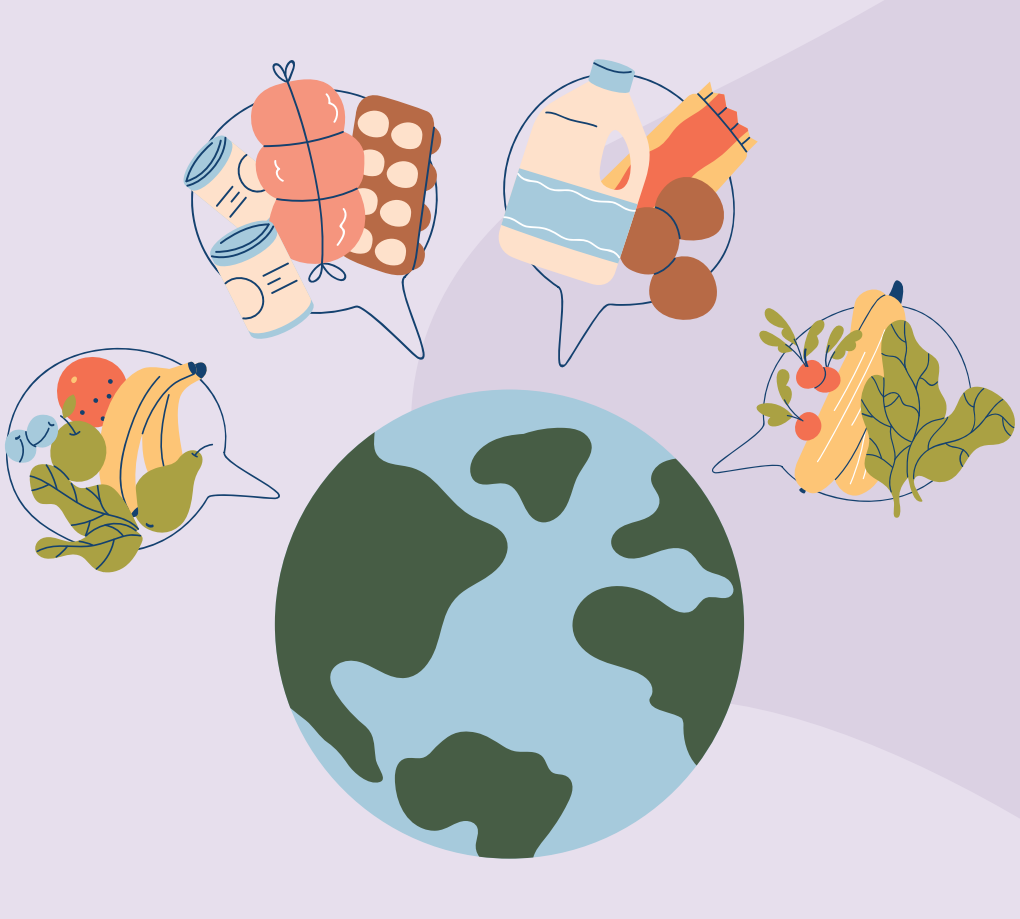
Apesar do desempenho robusto, o setor enfrenta um conjunto de desafios estruturais e conjunturais. Os riscos climáticos permanecem centrais, sobretudo diante da persistência do fenômeno **La Niña** e de sua transição para condições de neutralidade, gerando irregularidades pluviométricas que impactam culturas como arroz e milho de primeira safra, com maior intensidade na Região Sul.

No plano externo, embora o Brasil mantenha sua hegemonia produtiva e recordes de exportação, a elevada dependência dos mercados internacionais amplia a exposição a riscos geopolíticos e comerciais. A volatilidade dos preços das commodities, somada ao avanço de políticas protecionistas, torna o setor particularmente sensível a mudanças nas regras do comércio global, incluindo a possibilidade de imposição de tarifas por parceiros estratégicos, como os Estados Unidos.

GEOPOLÍTICA, COMÉRCIO E TENDÊNCIAS PARA 2026

A geopolítica permanece como fator central de incerteza. A continuidade da guerra no Leste Europeu afeta fluxos de grãos, fertilizantes e energia, enquanto tensões no Oriente Médio ampliam riscos sobre o mercado energético global, com impactos indiretos sobre os custos agropecuários.

No âmbito institucional, observa-se enfraquecimento do sistema multilateral de comércio. A paralisia da Organização Mundial do Comércio e o aumento de medidas unilaterais e acordos preferenciais tornam o ambiente comercial mais fragmentado e menos previsível, elevando a exposição de exportadores a barreiras tarifárias e não tarifárias.



As tendências globais para 2026 apontam para um mercado agroalimentar mais seletivo, com maior ênfase em **segurança alimentar**, **sustentabilidade e rastreabilidade**. Exigências ambientais e sanitárias tendem a se intensificar, especialmente em mercados desenvolvidos, ao mesmo tempo em que cresce a busca por diversificação de fornecedores.

Esse conjunto de fatores cria o pano de fundo para a intensificação de disputas comerciais e para o uso crescente de instrumentos tarifários como ferramenta de política econômica e geopolítica. É nesse ambiente que se insere a elevação das tarifas de importação dos Estados Unidos sobre o Brasil, tema que será analisado de forma específica no bloco seguinte.

A CRONOLOGIA DO "TARIFAÇO"

A política comercial entre Brasil e Estados Unidos sofreu uma reconfiguração profunda a partir de abril de 2025, pautada por uma guinada protecionista da administração norte-americana.

LINHA DO TEMPO – TARIFAS EUA-BRASIL

2 de abril de 2025
"Liberation Day"

A Casa Branca anuncia a implementação do sistema de "tarifas recíprocas". Os Estados Unidos aplicam uma alíquota adicional de 10% sobre as exportações brasileiras, com base em instrumentos legais de exceção, notadamente o International Emergency Economic Powers Act (IEEPA), dispensando aprovação prévia do Congresso norte-americano.

Abril–junho de 2025
Início dos efeitos comerciais

A nova tarifa entra em vigor e passa a gerar incerteza nos fluxos de comércio bilateral, com impacto imediato sobre contratos, preços e expectativas de exportadores brasileiros.

Julho de 2025
Escalada protecionista

O governo Trump anuncia a elevação das tarifas contra o Brasil para 50%, alegando a existência de "políticas incomuns e extraordinárias" do governo brasileiro que afetariam empresas e interesses estratégicos dos EUA.

No mesmo mês, as exportações brasileiras para o mercado norte-americano atingem um pico de US$ 3,8 bilhões, antes da implementação efetiva da medida mais severa.

Agosto de 2025
Implementação da tarifa de 50%

Entra em vigor a alíquota majorada de 50%, consolidando a fase mais aguda do conflito comercial. A medida aprofunda a retração do comércio bilateral e eleva o grau de risco para cadeias exportadoras brasileiras.

Outubro de 2025
Retração do comércio bilateral

As exportações brasileiras aos EUA recuam para aproximadamente **US$ 2,2 bilhões**, evidenciando o impacto direto do tarifaço sobre o fluxo comercial e a competitividade dos produtos nacionais.

Segundo semestre de 2025
Lançamento do Plano Brasil Soberano

Em resposta à compressão do acesso ao mercado norte-americano e à volatilidade cambial, o Governo Federal lança o Plano Brasil Soberano, com foco em:

- autonomia das cadeias de suprimentos;
- mitigação de riscos financeiros;
- linha de crédito de R$ 5 bilhões via BNDES para exportadores afetados;
- incentivos fiscais, incluindo a redução planejada do IPI para setores estratégicos.

6 de outubro de 2025
Ponto de inflexão diplomático

Ocorre diálogo direto entre os presidentes **Luiz Inácio Lula da Silva** e **Donald Trump**, no qual se estabelece o compromisso de iniciar negociações para a revisão das barreiras tarifárias.

A diplomacia brasileira passa a enfatizar o papel estratégico do Brasil como fornecedor de alimentos e energia, bem como os efeitos inflacionários das tarifas para o consumidor norte-americano.

Final de 2025
Reposicionamento estratégico

O conjunto de medidas internas e a atuação diplomática sinalizam ao mercado internacional a resiliência institucional do Brasil diante de choques externos, ainda que o ambiente comercial permaneça marcado por elevada incerteza e vigilância.

SITUAÇÃO ATUAL: ISENÇÕES E RISCOS REMANESCENTES

O início de 2026 consolida um cenário de “normalidade sob vigilância”, no qual a reversão parcial do tarifaço evitou um colapso comercial imediato, mas não eliminou a incerteza estrutural. A experiência de 2025 evidenciou a fragilidade do multilateralismo e reforçou a necessidade de estratégias ativas de diversificação de mercados, com maior ênfase em economias emergentes de alto crescimento, como Índia e Indonésia, reduzindo a dependência de decisões unilaterais da política norte-americana.

O que mudou no comércio bilateral?

- Remoção de tarifas emergenciais adotadas em 2025
- Reabertura do mercado norte-americano para cadeias agroestratégicas
- Retomada parcial dos fluxos comerciais no curto prazo
- Ausência de garantias institucionais de longo prazo

Evento-chave	Implicações para o Brasil	Dado crítico
Anúncio da intenção dos EUA de impor **tarifa adicional de 25%** a países com relações comerciais com o Irã	• Inclusão em **lista de vigilância comercial** • Exposição a **sanções secundárias** • Risco de reversão das isenções recém-conquistadas	Exportações brasileiras ao Irã em 2025: **US$ 2,9 bilhões**, concentradas em: • Milho • Soja • Açúcar2,7%

STATUS DE ACESSO AO MERCADO DOS EUA POR SETOR – 2026

Situação	Setores
Isentos de tarifas adicionais	Café, carne bovina, frutas, petróleo
Ainda sujeitos a tarifas	Calçados, máquinas, motores, mobiliário, pescados
Sob risco regulatório indireto	Complexo soja, milho e açúcar (via sanções geopolíticas)

O ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA: IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTOS SETORIAIS EM 2026

A assinatura provisória do acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia em 2026 traz um possível desfecho de um processo diplomático iniciado oficialmente em 1999, durante a Cúpula de Chefes de Estado no Rio de Janeiro.

LINHA DO TEMPO ACORDO MERCOSUL - UE

1991
Criação do Mercosul

Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai assinam o **Tratado de Assunção**, instituindo o Mercosul. A União Europeia passa a identificar o bloco como parceiro estratégico com relevância política e econômica na América do Sul.

1994
Contexto geopolítico favorável

A proposta da **Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)**, liderada pelos Estados Unidos, ganha destaque internacional. Em resposta, a União Europeia busca ampliar sua presença na América do Sul como forma de contrabalançar a influência norte-americana.

1995
Acordo-Quadro Mercosul–UE

Assinatura do **Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional**, estabelecendo bases políticas, institucionais e econômicas, além de mecanismos de diálogo, cooperação técnica e estímulo a investimentos. Marca o primeiro passo formal rumo a um acordo comercial.

1999
Início oficial das negociações comerciais

As negociações são lançadas formalmente, estruturadas em três pilares:

- diálogo político;
- cooperação;
- livre comércio.

1999–2003
Primeiros impasses estruturais

Emergem divergências centrais, sobretudo relacionadas **aos subsídios agrícolas europeus e à abertura do setor industrial do Mercosul**.

2004
Momento crítico das negociações

As tratativas entram em impasse.

- O Mercosul critica o acesso restrito ao mercado agrícola europeu.
- A União Europeia aponta resistência sul-americana à liberalização industrial.

2004–2010
Paralisação do processo

As negociações permanecem praticamente suspensas, em razão de:

- políticas protecionistas na Europa;
- divergências internas nos blocos;
- mudanças no cenário político sul-americano.

2016
Retomada das negociações

O diálogo é reativado com maior intensidade, impulsionado pelo novo contexto do comércio global e pelo interesse europeu em ampliar acordos comerciais.

2016–2018
Estruturação técnica do acordo

Definição de capítulos centrais, incluindo:

- tarifas;
- serviços;
- compras públicas;
- regras de origem;
- propriedade intelectual.

2019
Conclusão técnica do acordo político

Mercosul e União Europeia anunciam a conclusão técnica do texto, prevendo:

- eliminação gradual de tarifas sobre cerca de 90% do comércio bilateral;
- regras comuns para serviços e compras públicas.

2020–2022
Bloqueio político e exigências ambientais

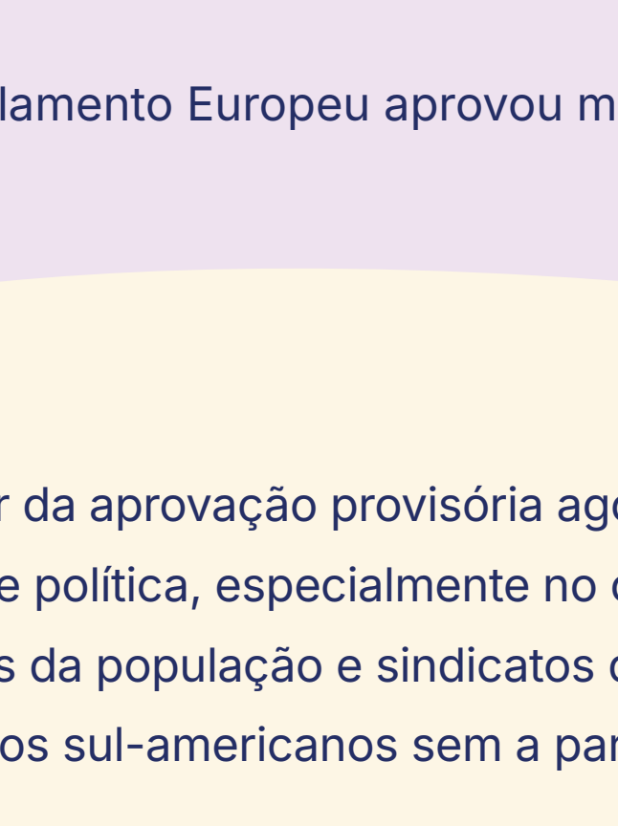
A ratificação é travada por críticas ambientais e resistências políticas em países europeus. A União Europeia passa a exigir compromissos mais rigorosos ligados ao **combate ao desmatamento** e ao **Acordo de Paris**.

2023
Instrumento ambiental adicional

Apresentação de um anexo ambiental complementar. O Mercosul aceita parte das propostas, mas critica a previsão de **sanções unilaterais.**

2024
Consolidação do texto final

Conclusão da revisão jurídica e articulação política, resultando na consolidação do texto definitivo do acordo.



2025
Resistência à aprovação na Europa

A ratificação enfrenta oposição de países com forte setor agrícola, como **França**, **Polônia e Irlanda**, atrasando a entrada em vigor.

2026
Aprovação provisória e assinatura

A União Europeia aprova provisoriamente o acordo, viabilizando a assinatura formal e abrindo caminho para a formação da **maior área de livre comércio do mundo**, em termos de população e comércio combinado.

Parlamento Europeu aprovou moção para envio do acordo ao Tribunal de Justiçã da União Europeia.

Apesar da aprovação provisória agora em 2026, o acordo é implementado sob um clima de forte resistência social e política, especialmente no continente europeu. França e Irlanda tem apresentado retaliações de setores da população e sindicatos de produtores rurais em protestos intensos, alegando que a entrada de produtos sul-americanos sem a paridade de custos regulatórios constitui uma “competitividade desleal”.

SOBRE O ACORDO

Do ponto de vista econômico, a assinatura prevê a liberalização tarifária de aproximadamente 91% das mercadorias que o Mercosul exporta para a União Europeia, com prazos de transição que podem chegar a 10 anos para setores mais sensíveis.

Para o agronegócio brasileiro, poderá impactar na redução de custos de transação para o acesso a um mercado de alto poder aquisitivo, embora essa abertura seja condicionada ao cumprimento de normas técnicas e sanitárias rigorosas.
O acordo visa, em última análise, elevar a competitividade das exportações brasileiras de valor agregado, reduzindo a “escalada tarifária” que historicamente penaliza produtos processados em favor das matérias-primas brutas.

O principal mecanismo de acesso para os produtos sensíveis do agronegócio em 2026 baseia-se nas **Cotas Tarifárias (TRQ)**, que permitem a entrada de volumes pré-determinados com tarifas reduzidas. mecanismos que foram incluídos para proteger produtores europeus e funcionam como um dos principais pontos de equilíbrio do acordo.

PRINCIPAIS COTAS AGRÍCOLAS DO ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA (2026)

Produto	Volume da cota	Condições tarifárias	Observações relevantes
Carne bovina	99 mil toneladas (peso carcaça)	Tarifa intraquota de **7,5%**	48,55% resfriada e 45% congelada; crescimento gradual em **6 etapas**. A **Cota Hilton (10 mil t)** terá tarifa reduzida de **20% para 0%** com a entrada em vigor do acordo.
Carne de aves	180 mil toneladas	**Tarifa zero**	Divisão igual entre cortes **com osso** e **desossados.**
Carne suína	25 mil toneladas	Tarifa intraquota de **€ 83/t**	Acesso condicionado ao cumprimento de exigências sanitárias e rastreabilidade.
Açúcar	180 mil toneladas	**Tarifa zero**	Além disso, há uma quota específica de 10 mil toneladas para o Paraguai.
Etanol	450 mil toneladas (uso industrial)	**Tarifa zero**	Adicionalmente, **200 mil toneladas** para outros usos, com tarifa reduzida (cerca de **1/3 da tarifa europeia atual**).
Milho e sorgo	1 milhão de toneladas	**Tarifa zero**	Cota conjunta para ambos os produtos.
Arroz	60 mil toneladas	**Tarifa zero**	Volume concentrado em nichos específicos domercado europeu.
Mel	45 mil toneladas	**Tarifa zero**	Oportunidade relevante para pequenos e médios produtores organizados.

Apesar dos desafios, o acordo em 2026 funciona como um selo de qualidade para a produção nacional, facilitando o acesso a outros mercados globais que utilizam os padrões europeus como referência.

A integração promove a convergência regulatória e a adoção de melhores práticas de governança, o que atrai investimentos estrangeiros diretos para infraestrutura e agroindústria no Brasil.

O COOPERATIVISMO COMO EIXO DE RESILIÊNCIA

O sistema cooperativista brasileiro consolida-se, em 2026, como um **amortecedor central de choques econômicos e comerciais** para o produtor rural, em um contexto marcado por instabilidade global, elevação de barreiras tarifárias e compressão das margens de rentabilidade. Historicamente, o cooperativismo emerge como uma estratégia de organização coletiva voltada à mitigação de falhas de mercado e assimetrias de poder na cadeia produtiva, evoluindo para um modelo que combina eficiência técnica, escala operacional e segurança institucional.

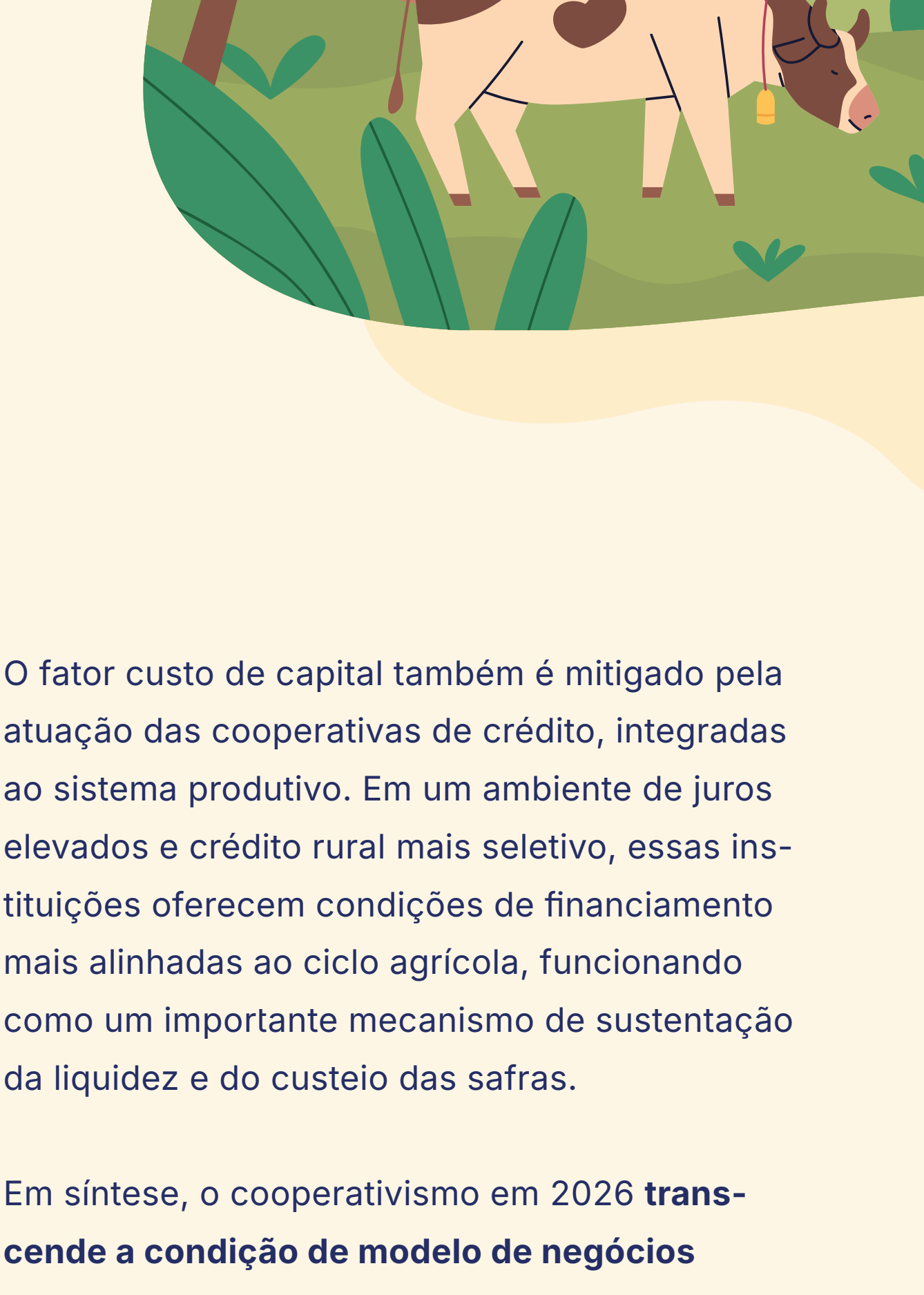
No contexto de 2026, esse papel é elevado ao status de **eixo estratégico de sobrevivência econômica**. As cooperativas permitem que pequenos e médios produtores acessem mercados, tecnologias e instrumentos financeiros que, de forma isolada, seriam inviáveis diante das atuais exigências regulatórias e dos custos crescentes de conformidade impostos pelo comércio internacional.

A necessidade dessa organização sistêmica é reforçada por avaliações de lideranças do setor. Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, classifica 2026 como o ano que “testa a sobrevivência econômica do produtor rural”. Segundo essa leitura, a confluência entre margens operacionais apertadas, custos de produção elevados e o ressurgimento do protecionismo internacional torna economicamente insustentável a atuação individual do produtor.

Nesse cenário, as cooperativas operam como **plataformas de escala**, diluindo custos fixos, ampliando o poder de barganha na aquisição de insumos e fortalecendo a capacidade de negociação na comercialização da produção em larga escala. Essa lógica coletiva é determinante para a preservação da competitividade em mercados cada vez mais concentrados e regulados.

A robustez do cooperativismo agropecuário é sustentada por resultados recentes. Em 2024, o setor movimentou **R$ 438,2 bilhões em ingressos**, crescimento de **11% em relação ao ano anterior**, mesmo sob adversidades climáticas e volatilidade de preços. Esse desempenho evidencia não apenas a escala econômica do modelo, mas também sua capacidade de reinvestimento em infraestrutura própria, como armazenagem, logística e processamento industrial, elementos essenciais para mitigar gargalos estruturais da economia brasileira em 2026.

Diante das mudanças geopolíticas recentes, como as barreiras tarifárias impostas pelos Estados Unidos e os riscos associados a sanções comerciais envolvendo terceiros países, o cooperativismo oferece uma **camada adicional de proteção jurídica e comercial**. Ao centralizar operações de exportação, as cooperativas conseguem negociar contratos de longo prazo, diversificar destinos e reduzir a exposição do produtor individual a retaliações políticas pontuais, contribuindo para a estabilidade dos fluxos de comércio mesmo em um ambiente de crise do multilateralismo.



No que se refere à implementação do Acordo Mercosul–União Europeia, as cooperativas desempenham papel fundamental na preparação dos produtores para o cumprimento das exigências do mercado europeu. Requisitos como rastreabilidade integral e conformidade ambiental rigorosa demandam investimentos em tecnologia de monitoramento e certificações que frequentemente superam a capacidade individual das propriedades rurais, sendo viabilizados de forma coletiva pelas organizações cooperativas.

O fator custo de capital também é mitigado pela atuação das cooperativas de crédito, integradas ao sistema produtivo. Em um ambiente de juros elevados e crédito rural mais seletivo, essas instituições oferecem condições de financiamento mais alinhadas ao ciclo agrícola, funcionando como um importante mecanismo de sustentação da liquidez e do custeio das safras.

Em síntese, o cooperativismo em 2026 **transcende a condição de modelo de negócios** e afirma-se como uma **infraestrutura estratégica de resiliência econômica**. A capacidade de adaptação do setor a choques comerciais, financeiros e institucionais reforça a tese de que a resiliência do agronegócio brasileiro está intrinsecamente ligada à força de suas cooperativas, que transformam a união de milhares de produtores em uma potência econômica capaz de competir e prosperar mesmo no cenário global mais adverso das últimas décadas.

www.somoscooperativismo.coop.br

Em caso de dúvidas ou sugestões envie um e-mail para **nucleo@ocb.coop.br**

Para visualizar edições anteriores, acesse o link:
https://materiais.somoscooperativismo.coop.br/analises-anteriores

sistemaocb